Política e gênero no cotidiano: o projeto Mulheres da Paz em Porto Alegre/Brasil

Anelise Gregis Estivalet

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

anegregis@hotmail.com

Resumo

Fatos relativos à violência e as políticas sociais que lhes são concernentes, como também as discursividades orientadas à promoção da cidadania tem transformado as esferas pública e privada da vida de mulheres residentes em periferias urbanas. Assim, esta investigação buscou identificar a singularidade da atuação das mulheres na política do cotidiano no espaço das comunidades onde vivem, aproximando-se da perspectiva de construção do sujeito mulher (segundo Judith Revel). O campo de investigação foram as atividades do projecto "Mulheres da Paz" (Ministério da Justiça/Brasil), desenvolvidas em Porto Alegre/Brasil, entre 2010 e 2012. O objetivo central foi comprender como se organiza a participação das mulheres em tal iniciativa governamental quando atuam no espaço público, desde práticas individuais e/ou coletivas no trato da violência e, mais especificamente, como as mulheres, ao receberem capacitação em direitos humanos, passaram a se constituir enquanto sujeito das políticas. A investigacão utilizou referenciais metodológicos que abarcaram a análise de documentos, a realizacão de entrevistas semiestruturadas e a observação em campo. Neste interim, concluiu-se que o projecto possibilitou a criação de espaços nos quais as potencialidades das mulheres emergem, produzindo novas significações para suas própias trajetórias.

Palavras-chave: Política, gênero, violência, cotidiano, política pública.

1. Introdução

Mesmo que os homens representem aproximadamente 90% das vítimas de homicídio no país, isto não significa que as mulheres estejam livres da violência, mas, sim, que os mecanismos de controle e dominação a elas impostas, simplesmente por serem mulheres, incluem um repertório mais amplo de crimes que não necessariamente acabam em homicídio: ameaça, estupro, espancamento, controle das relações pessoais, assédio moral, torturas física e psicológica, além do homicídio.

No contexto da proposição de políticas para tentar diminuir a incidência de atos violentos contra as mulheres, criaram-se projetos como tentativas de resposta à necessidade de predispor dotações sociais para ampliar as oportunidades às mulheres e tentar diminuir a incidência de atos violentos contra elas. Este seria o caso, segundo entendemos, do Projeto Mulheres da Paz, no Brasil.

Ao constituir a mulher enquanto sujeito das políticas, e entendendo sua atuação como possuidora de singularidade nas relações cotidianas, procurar-se-ia levar a público as posições das mulheres frente às situações de dominação. Ao que parece, tais políticas propõem que a mulher passe a ter expressão e reconhecimento públicos como agentes políticos na sociedade civil.

A proposta, aqui, busca analisar a atuação das mulheres no espaço público, problematizando certa invisibilidade das práticas destas como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de eventos da história humana. E, neste sentido, discutimos como as instituições sociais incorporam a questão de gênero nos seus pressupostos em políticas sociais.

O universo de pesquisa comportou 205 mulheres que atuaram como Mulheres da Paz em Porto Alegre/Brasil, no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). A busca concentrou-se, então, em compreender a singularidade da atuação da mulher cotidianamente no espaço público enquanto sujeito político em territórios vulneráveis. Dessa forma, dividimos o presente artigo em quatro momentos. No primeiro, são apresentados os referenciais teóricos para a construção desse artigo. No segundo e terceiro momentos, tratamos das condições e técnicas que foram utilizadas na pesquisa, situando quando e como os dados foram produzidos, assim como o universo com o qual dialogamos. Em um quarto momento temos como objeto de análise o perfil das mulheres, assim como a resignificação de trajetórias através da revalorização de experiências e uma nova responsabilidade política assumida. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. Mulheres, política e violência no cotidiano

Historicamente, fez parte da cultura política tradicional encarar como natural a apatia das mulheres no âmbito público. A recente institucionalização da cidadania das mulheres, muitas vezes caracterizada como uma cidadania fragilizada, reflete a priorização, por muitos anos, dos papéis fundamentais no interior da esfera doméstica, ainda hoje desprestigiada e desvalorizada no mercado político. Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.

> A cidadania encontra um significado no cotidiano, tendo ressonância no envolvimento e no convívio de homens e mulheres em dois importantes âmbitos de sociabilidade extrafamiliar: a vida de bairro e o mundo da política. Estes espaços estendem-se para além das paredes doméstico/familiares, formando redes de relações junto à coletividade, reforçando e alimentando um sentimento de pertencimento comum. Hoje, o envolvimento nestes espaços é fácil para toda a população, mas historicamente neles reafirmava-se, em termos simbólicos, uma marca sexuada. Com efeito, falar dos próprios bairros e envolver-se na tomada de decisões que buscam alcançar melhores condições de existência fez parte da sociabilidade feminina tradicional, enquanto conversar de política e envolver-se na militância mais ampla foi uma prática socializadora tradicionalmente masculina (Cappellin apud Pandolfi, 1999: 213).

As mulheres, mesmo sendo mais numerosas na população brasileira e, alcançando nos últimos anos índices significativos de chefia familiar[1], ainda não aparecem ou tem pouca visibilidade social e política. Suas demandas cotidianas, apesar de atingirem toda a população (creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc.), acabam ficando num universo de reconhecimento restrito, e as conquistas quando ocorrem são localizadas na maioria das vezes. As mulheres, mesmo tendo participação preponderante na maioria das ações coletivas públicas, ainda parecem invisíveis em muitos setores. Rosaldo (1995) aporta orientação epistemológica pertinente ao afirmado acima:

[1] Cabe assinalar que, muitas vezes, trata-se de uma chefia atribuída pelo abandono masculino, sendo a mulher mãe a única provedora da família. Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina. Lopes e Gottschalk (1990) demonstram que as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas com as famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente.

> O lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero (p.16).

Passando ao contexto de realização da pesquisa, as comunidades periféricas, geralmente observamos uma forte incidência de atos violentos, onde os mecanismos sociais de reprodução da dominação patriarcal sobre as mulheres são somados à ausência ou insuficiência de políticas de estado e equipamentos e serviços públicos, interdições ao direito de ir e vir (principalmente devido ao conflito entre os grupos de tráfico de um mesmo território e à falta de recursos econômicos), presença do crime organizado e da violência policial. Essas mulheres estão ainda mais expostas à violência, por mais que esta esteja em todas as esferas sociais. Nessas comunidades, o Estado normalmente, em virtude da ação policial, acaba não sendo bem visto pela comunidade em geral porque ora atua como agente da violência, ora como cúmplice dos grupos ligados ao crime. O acesso às delegacias é praticamente inexistente e, muitas vezes, denunciar agressões às autoridades pode significar expor-se à violência e à humilhação ou à retaliação no próprio local de moradia. Segundo Ciconello (2010):

> As desigualdades de gênero, econômica e o racismo afetam a população predominantemente negra e pobre, criando múltiplos obstáculos à autonomia das mulheres que habitam estes espaços. A violência doméstica e a sexual são mais constantes porque a circulação de armas e o uso da força estão legitimados (p. 19).

De outra parte, enquanto sujeitos principais das ações coletivas as mulheres também podem representar um novo e possível modo de reconfiguração de experiências individuais e coletivas. Para Touraine (2007), as mulheres, por terem vivido a dominação em suas experiências, poderão vir a ter ações mais gerais, de recomposição de todas as experiências individuais e coletivas. Em “Mundo das Mulheres” ele analisa o novo protagonismo da mulher na sociedade:

> A identidade que as mulheres afirmam, não é somente a rejeição da dominação social; ela é, sobretudo, a afirmação da experiência vivida da própria

> subjetividade que emergiu e, conseqüentemente, a confirmação da capacidade de pensar, de agir, de esperar ou de sofrer por si mesma. (Touraine, 2007: 32)

Propomos trabalhar com o conceito de gênero como campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Esse conceito, segundo Scott (1995) «legitima e constrói relações sociais; eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política». A proposta é de se incorporar outra dimensão aos estudos de gênero, colocando a dimensão da prática política cotidiana da mulher como prática dotada de dinâmica própria.

Neste sentido, para Dias (1994) «o cunho renovador da história social das mulheres, ao concentrar-se nos papéis informais e nas mediações sociais, abre espaço para a relativização das normas e das temporalidades fixadas ».

Para Judith Revel (2010), torna-se necessário criar e manter espaços e estratégias que possam funcionar como operadores constituintes. Cria-se, também, uma nova forma de olhar e de se olhar entre os ocupantes desses espaços.

> La idea del devenir-mujer la trabajamos a partir del concepto de Deleuze del "devenir minoritario". Este concepto no significa para nada una idea de lo cuantitativo: no es "ser menos". La otra acepción de este devenir minoritario significa estar por fuera de lo mayoritario, entendiendo mayoritario como aquello que reproduce al mecanismo del poder. Devenir minoritario entonces supone una redefinición de lo que es política a través de la potencia de la subjetivación, lo cual se opone a las relaciones de poder que se montan sobre la vida (…) El devenir-mujer de la política es un devenir minoritario porque implica el desarrollo de estrategias alternativas que pasan a través de la subjetivación y la creación de nueva comunidad, o de nuevos sentidos para la vida común. Y es esta nueva forma de vida común lo que me parece que caracteriza las modalidades en que se da actualmente la resistencia.

Neste ínterim, cotidiano e poder constituem o fulcro do estudo. Para Agnes Heller (1985) apesar da mimese e da alienação inerente à vida cotidiana, é sempre possível a individuação e a configuração de novas atitudes. O cotidiano envolve uma margem de liberdade, certa possibilidade de equilíbrio entre a individualidade e o ser genérico:

> A ordenação da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano; o caráter representativo, provocador, excepcional transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política (p.41).

Tomando revisão feita por Pais (2003), apropriar a noção de cotidiano enuncia opções teórico metodológicas que, orientando itinerários em campo, traz como pressuposto a existência de certa criatividade social em curso nas práticas diárias, nos momentos em que desafiados, produzimos alternativas ao fazer, ao conviver, ao amar, ao brincar, ao celebrar. Condensa, enfim, a aposta em certa inventividade constituinte das relações sociais que, se não promove mudanças estruturais, reorganiza ao menos os contextos que vivenciamos.

Trata-se do locus de acontecimento da vida, das rotinas, da feitura dos vinculos sociais e das bricolagens que se produzem a partir daí e, também, o contexto da pesquisa que temos feito. Considera a pertinência de tal categoria passa pelo reconhecimento do vivenciado, dos sentidos construídos que, sem perder de vista o estrutural, não devem se perder nas abstrações da generalização.

Nesse caso, Melucci (2001) traz uma análise provocativa. O autor menciona que a sociedade contemporânea vive o paradoxo de intensificar simultaneamente o estímulo às práticas autonomizantes e a ampliação dos artifícios de controle, de maneira que os sujeitos vivem suas experiências na disputa por caracterizarem sentidos para suas práticas, narrando sistematicamente suas identidades frente às alteridades que se lhes apresentam.

Já segundo Touraine (1977), em uma situação dada, a possibilidade de o ator dar sentido a suas próprias condutas permanece sempre aberta, por oposição ao sentido já dado pelo sistema social. O dinamismo dos sujeitos/atores é visto em termos culturais, de confronto de valores (uns firmados e outros reivindicados). Estes elementos, Touraine denomina-os “dialética de criação e controle”.

E, neste ínterim, encontramos em Deleuze (2002) certa ênfase à importância da análise da biopolítica do cotidiano:

> Quando encontramos um corpo que convém à nossa natureza e cuja relação se compõe à nossa, diríamos que sua potência se adiciona à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria e nossa potência de agir é ampliada e favorecida (p.34).

De outra parte, aproximando-nos da ação estatal na implementação de políticas públicas, Touraine (1977) conclui que “nas sociedades dependentes, o único agente capaz de aglutinar as forças presentes nos segmentos populares é o Estado, enquanto força política exterior, agente unificador de uma

sociedade cortada em dois" (p.37). O Estado, ao responder às inquietações sociais, estaria repondo a ordem e abrindo caminhos para a mudança pela institucionalização de novas formas de relações. No entanto, a tendência é que essas inquietações nunca tomem uma proporção maior e fiquem sempre subordinadas à ação do Estado.

Exemplos relacionado a tal problemática, surgem na década de 80 na América Latina em países como Peru, Argentina e Chile os chamados cursos de "Capacitação Legal" das mulheres que se propunham a promover o conhecimento das leis às mulheres e dos mecanismos jurídicos possíveis de serem usados. No Brasil, a idéia de criação do Projeto "Mulheres da Paz" baseou-se numa proposta iniciada em 1992 em São Paulo através de uma articulação entre a União de Mulheres de São Paulo e a organização não-governamental Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. A proposta era criar uma alternativa à mulher e à sua comunidade na resolução de seus conflitos, conhecimento de seus direitos, espaços públicos, exercício da cidadania, acesso à justiça, à saúde e políticas públicas. A finalidade do projeto seria, então, que essas mulheres pudessem multiplicar os conhecimentos adquiridos, mediando situações conflituosas e oferecendo alternativas de encaminhamento. A experiência mostrou que nos casos de violência contra a mulher, mostra-se muito mais eficaz a intervenção de outra mulher da própria comunidade, sensibilizada, que acessará a vítima sem violar sua intimidade, proporcionando-lhe conforto e conhecimento de seus direitos, sua cidadania e necessidade de mudança dessa realidade.

Contudo, de acordo com Gohn (2010), a partir dos anos 1990, inicia-se uma nova proposta política de distribuição e gestão dos fundos públicos brasileiros que passam a focalizar projetos pontuais que abarcam crianças, mulheres, jovens etc., contribuindo, de certa forma para a desorganização das antigas formas de organização social com suas demandas e reivindicações. Esses novos projetos passam a propor que a população não apenas reivindique, mas participe da proposição das políticas.

A proposta de "governança" estaria em absorver as demandas da população, excluindo-a do processo decisório, mas procurando organizá-la na luta por seus descontentamentos; ou seja, a participação seria, de certa forma, controlada.

Mas, por outro lado, quando problematizamos a implementação de políticas públicas desde as condições de gênero e a ambiência cotidiana, entendemos que se explicitam as tensões e relações de poder a configurar a realização de projetos sociais in loco, enunciando mais que dominação dos sujeitos. Para Cocco e Negri (2005):

> Algo que nos leva ao debate sobre essa esfera intermediária que foi chamada de “governança”. Se o termo é completamente sobredeterminado pela retórica do mercado, a noção de uma instância intermediária de governo flexível e descentralizado é adequada aos movimentos biopolíticos: é isso que aconteceu com o orçamento participativo de Porto Alegre, com as formas mais avançadas de Planejamento Estratégico das cidades como foi o caso no ABC paulista, com os movimentos regionais e de organização local. O outro lado da “governança” é o fato, pois, da radicalização democrática e da construção do comum: aqui, a esfera intermediária da “governança” pode coincidir com aquela da radicalização democrática, onde a democracia é o “fazer multidão”: a cooperação das singularidades que se mantêm tais (p. 207).

Concomitante ao estabelecimento dessas políticas, e da tensão que instaura, surge também uma nova forma de encarar a segurança pública, tendo uma proposta muito mais preventiva do que repressora frente à sociedade. Nesse âmbito, foi criado o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que se destina a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Propõe, portanto, articular políticas de segurança com ações sociais e priorizar a prevenção e ações diretas nas causas que levam à violência.

3. Metodologia

O entendimento aqui é de que para uma melhor compreensão da realidade a qual nos propomos pesquisar, foi necessária a utilização de referenciais metodológicos que abarcassem tanto instrumentos de abordagem qualitativa quanto quantitativa. Para tanto, essa pesquisa analisou dados e documentos para levantar dados quantitativos sobre o perfil das mulheres da paz de Porto Alegre. Foi utilizada também a técnica da observação participante. Acompanhamos o período de capacitação inicial das mulheres que ocorreu entre os meses de março e abril de 2011. As mulheres recebiam a capacitação em seus territórios de origem, sendo que tinha-mos 8 turmas de 40 mulheres divididas em turmas de aulas à noite (4 turmas) e aulas nos finais de semana (4 turmas), considerando que as atividades eram desenvolvidas em 4 (quatro) diferentes bairros de Porto Alegre: Bom Jesus, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Restinga Velha. Durante o período de capacitação ocorreu um grande número de desistências, tanto porque algumas mulheres conseguiam uma atividade profissional quanto pela necessidade de cuidado com os filhos ou, ainda, porque mesmo o curso iniciando em março as mulheres só receberam a primeira

parcela de bolsa-auxílio no final do mês de maio de 2011, ou seja, praticamente 03 após o início do curso. Das 320 mulheres selecionadas para participarem do projeto, 205 conseguiram terminar a capacitação inicial. Essas, segundo a Coordenação Local do Projeto, seriam as capacitadas para serem Mulheres da Paz. Quanto à composição final do universo de pesquisa, considerando o total de 205 mulheres, tivemos a seguinte configuração: 60 (sessenta) na Restinga Velha, 52 (cinquenta e duas) na Lomba do Pinheiro, 50 (cinquenta) na Bom Jesus e 43 (quarenta e três) na Cruzeiro.

4. O Projeto Mulheres da Paz

O Pronasci[2], de acordo com sua norma legal, instituiu quatro projetos para compor o elenco de ações do Programa: I) Reservista Cidadão; II) Proteção de jovens em território vulnerável (Protejo); III) Mulheres da Paz; IV) Bolsa Formação. Teoricamente, seriam projetos que deveriam ocorrer interligados muitas vezes um dependendo da efetividade do outro.

O Pronasci trabalha com o estabelecimento dos chamados Territórios de Paz, que seriam as zonas de violência mais conflagradas. As regiões selecionadas em Porto Alegre caracterizam-se por terem apresentado taxa média de homicídios (2004-2006) superiores a 80 por 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos, e um número elevado de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. As regiões selecionadas foram: Vila Bom Jesus (zona leste), Restinga Velha (extremo sul), Cruzeiro (Centro-Sul) e Lomba do Pinheiro (zona leste).

O Projeto Mulheres da Paz tem como objetivo incentivar mulheres, por meio de transferência direta, a construir e fortalecer redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens expostos à violência. Ao todo, desde 2008, 46 convênios foram celebrados entre a União, Estados e Municípios. Os Estados contemplados são: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. O número de mulheres beneficiadas girou em torno de 17.000. Foram investidos entre 2008 e 2010 aproximadamente R$ 65 milhões. O município de Porto Alegre recebeu R$ 896.000,00 para executar o projeto em 2 (dois) anos no intervalo 2010/2011.

---

[2] BRASIL. Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências.
BRASIL, Decreto n. 6.490, de 19 de junho de 2008. Regulamenta os arts. 8º-D e 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e revoga o Decreto no 6.390, de 8 de março de 2008.
BRASIL. Lei n. 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Tem sido um dos objetivos do "Mulheres da Paz" formar e fortalecer lideranças comunitárias que poderão tornar-se multiplicadoras de informações. O Projeto vem sendo proposto como política nacional, cabendo aos municípios a execução dos projetos e o gerenciamento dos recursos.

Para participar do Projeto, a interessada deveria preencher os seguintes requisitos: ter idade mínima de dezoito anos completos, comprovada pela apresentação de documento pessoal de identidade; ter renda familiar de até dois salários mínimos; comprovar capacidade de leitura e escrita; residir em área que constitua foco territorial do PRONASCI; e ter disponibilidade de 12 horas semanais para efetuar trabalho comunitário. Em contrapartida, as mulheres da paz deveriam realizar trabalho comunitário que envolvesse visita às famílias próximas de sua residência, comparecimento à reunião com a equipe multidisciplinar quinzenalmente e promoção de reuniões comunitárias mensais.

Ao todo, foram aproximadamente 600 inscritas. Destas, 400 preencheram os requisitos e passaram à segunda fase de seleção, na qual passaram por uma entrevista com uma equipe multidisciplinar. Foram selecionadas, então, 320 mulheres (eqüitativamente distribuídas entre os quatro territórios) para participarem do Projeto. A atuação na comunidade iniciou após freqüentarem a capacitação inicial (duração de 30 dias)[3], quando 205 mulheres foram aprovadas para tornarem-se Mulheres da Paz.

A proposta do projeto inclui a pauta da resolução de conflitos através da mediação, pois entende que os residentes na comunidade são especialistas nos problemas cotidianos e na realidade em que esses problemas se situam e, portanto, têm o conhecimento relevante necessário para sua solução. Assim dispõe como objetivo o empoderamento da comunidade para promoção de condições para o desenvolvimento social local, ou o encorajamento ao diálogo comunitário, permitindo ações preventivas ao conflito, buscando promover situações de segurança coletiva.

5. Reflexões...

[3] Os temas da capacitação foram: formação sociojurídica realizada mediante cursos de capacitação legal, com foco em direitos humanos, gênero e mediação pacífica de conflitos; desenvolvimento de atividades de emancipação da mulher e de reeducação e valorização dos jovens e adolescentes; e colaboração com as ações desenvolvidas pelo Protejo (projeto pertencente ao PRONASCI que busca o atendimento de jovens entre 15 e 24 anos.), em articulação com os Conselhos Tutelares.

Passando à análise dos dados propriamente dita, cabe caracterizarmos minimamente as condições sócio demográficas das pessoas com quem produzimos a pesquisa.

Em campo, dialogávamos com mulheres chefes de famílias consideravelmente numerosas (3 e 4 filhos), cujas rendas poderíamos reunir em dois agrupamentos principais: 60,5% com ganhos familiares mensais de até um salário mínimo[4] e 32,4% com ganhos entre um e dois salários. Além disso, havia um segmento com rendimento familiar bem mais precarizado (5,4% com até R$150,00/mês), mas em quantidade pouco expressiva.

No que tange à faixa etária, encontramos mulheres em um espectro bastante amplo, dos 18 aos 70 anos. Percebemos, no entanto, uma relativa concentração no grupo com idade entre 18 e 25 anos (20,3%), possivelmente resultante da maior dificuldade deste segmento para encontrar ocupações remuneradas. No mais, percebemos uma distribuição bastante equânime entre as faixas. Nesse sentido, o gráfico abaixo é ilustrativo:

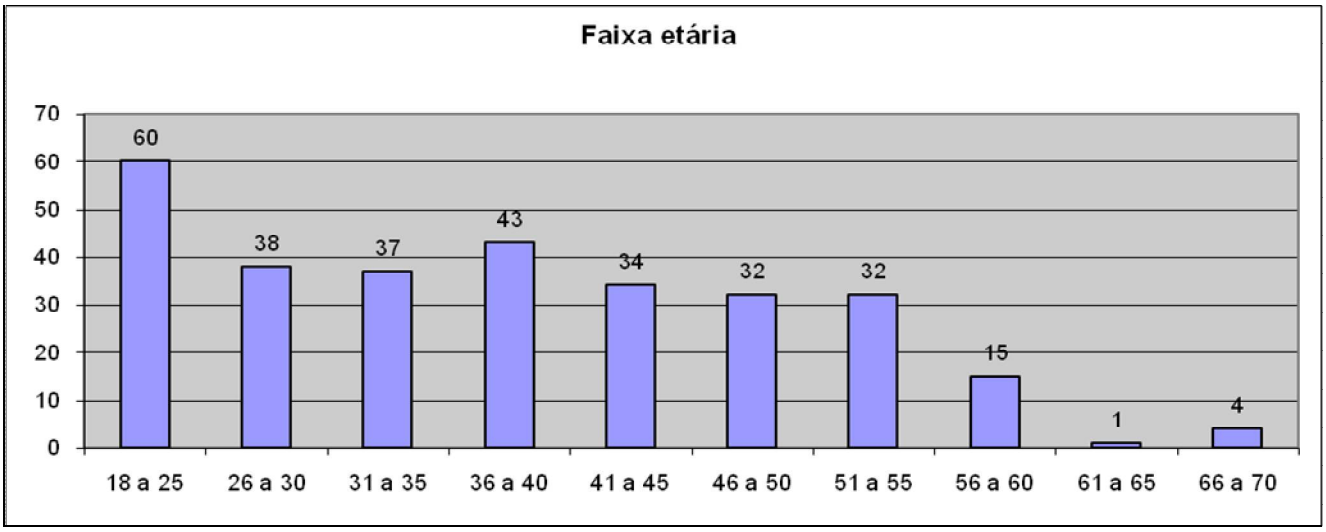

Gráfico 1: Número de mulheres atuantes no 'Projeto Mulheres da Paz', conforme distribuição de faixas etárias (Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana/Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Percebemos uma distribuição também equilibrada na escolaridade indicada pelas mulheres. Concentrava-se na educação básica, distribuída entre o ensino fundamental e médio nas seguintes

[4] Considera-se para o salário mínimo o valor de R$622,00.

proporções: 24,7% com EF incompleto; 20,6% com EF completo; 27,4% com EM incompleto; e 25,7% com EM completo[5].

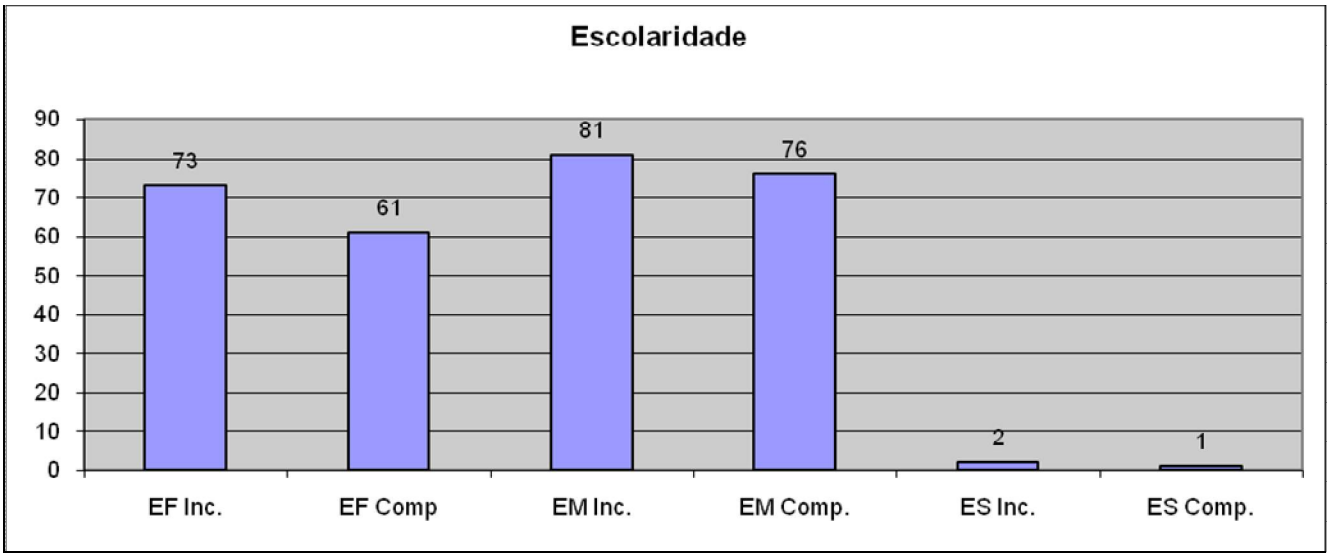

Gráfico 2: Número de mulheres conforme distribuição de escolaridade

(Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana /Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Quando consultadas sobre sua atuação comunitária antes do ingresso no Projeto Mulheres da Paz, a maioria (64,2%) manifestou não ter participação. Os 27,4% que afirmaram atuar mencionaram, por exemplo, a inserção em associações de moradores, em reuniões do orçamento participativo, em encontros de conselhos municipais. Merece destaque a constatação relativa à menor participação anterior entre as mulheres mais jovens (de 18 a 25 anos), que associamos à necessidade de cuidado de filhos pequenos e, neste ínterim, à demanda por ocupações comunitárias que vinculassem ganhos pecuniários (como é o caso do Projeto).

[5] Para inscrever-se no Projeto era condição saber ler e escrever, o que excluía mulheres analfabetas existentes nas comunidades.

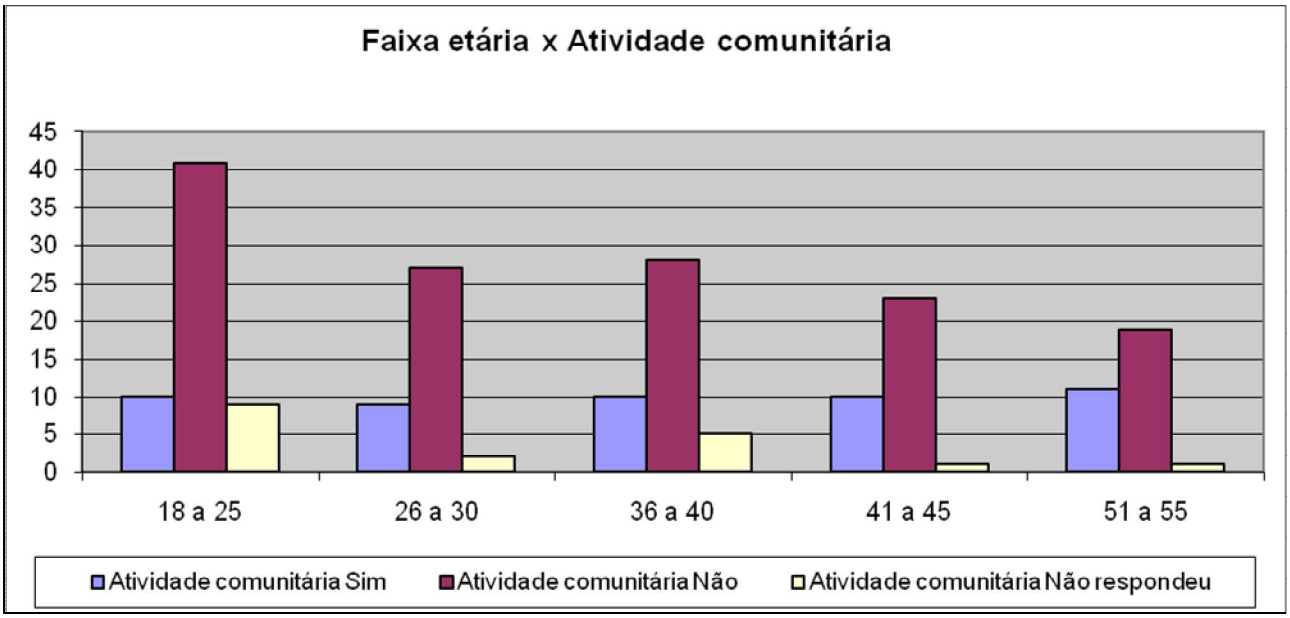

Gráfico 3: Mulheres distribuídas conforme faixa etária e atividade comunitária pregressa

(Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana /Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Consoante com tal informação é a tendência à ampliação de renda familiar mensal entre as respondentes mais idosas, sobretudo com idades entre 36 e 40 anos. Nesta faixa, 40% das mulheres recebem entre um e dois salários mínimos, contra 20% entre aquelas com 18 a 25 anos.

Outra constatação que podemos destacar é a sutil tendência ao crescimento da atuação comunitária pregressa quando cotejada à escolarização, no âmbito da educação básica. O gráfico abaixo apresenta uma ampliação das respostas positivas à participação se nos atentarmos à oscilação do ensino fundamental incompleto ao médio completo.

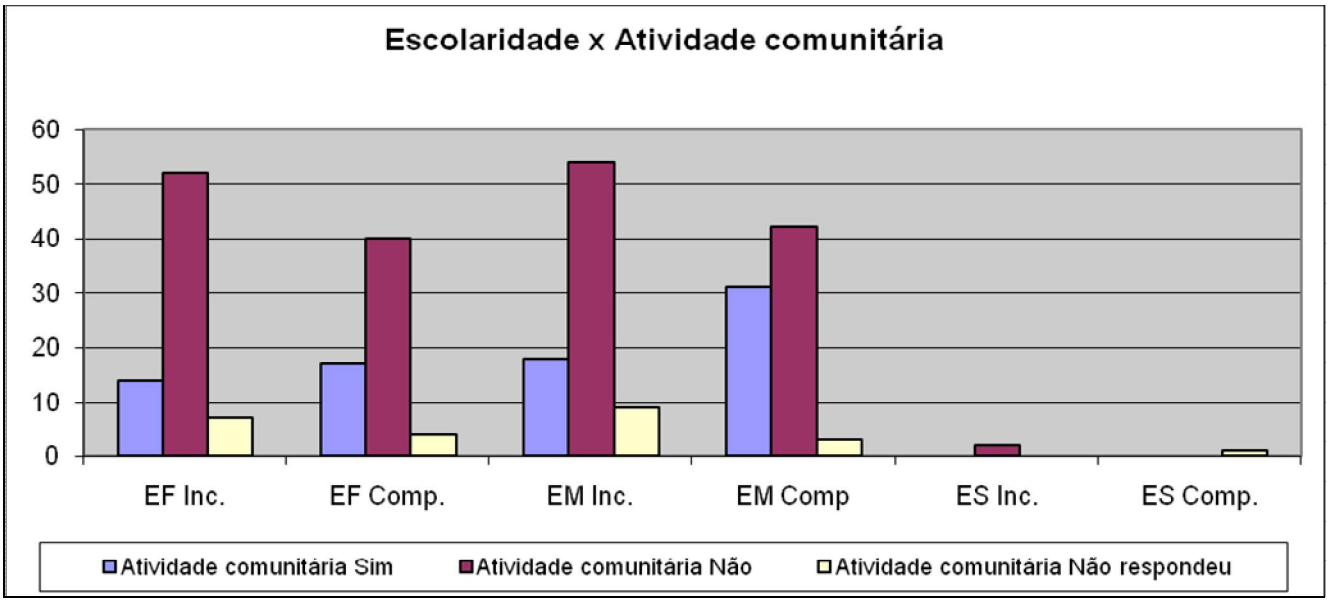

Gráfico 4: Mulheres distribuídas conforme escolaridade e atividade comunitária pregressa
(Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana /Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Esse dado precisa ser contrastado, porém, com os tipos de atuações elencadas pelas participantes do Projeto: quando consultadas, associaram a atuação comunitária a vinculações relativamente institucionalizadas e com reconhecimento público, experiências estas que exigiriam o trânsito por espaços e saberes formais, o que poderia, então, estar relacionado à maior escolarização presente entre aquelas que lograram atuação.

Quanto à análise qualitativa, das redações que as 205 mulheres escreveram ao final da capacitação inicial destacamos, principalmente, a possibilidade que essas mulheres encontraram, por meio da participação no Projeto, de resignificarem suas trajetórias através da revalorização de suas experiências. As mulheres falam sobre as mudanças que ocorreram em suas relações sociais e na visão que tem de si mesmas. Um dos relatos apresentados nos diz: *"aprendi que tenho que respeitar quem é diferente de mim e prezar por uma vida com mais serenidade, harmonia e união. Hoje em dia eu olho a minha realidade e a da minha comunidade com outros olhos"*. Outra fala também nos esclarece a esse respeito: *"agora sei como lidar com os próprios problemas que acontecem na minha casa, antes eu não sabia que tinha que ter diálogo". Estou melhor para lidar com o meu "eu", com a minha família e com o meu trabalho"*.

Além de ressignificarem suas trajetórias, elas valorizam o conhecimento adquirido, desenvolvem a autoestima, a autonomia e a importância da convivência e da troca de experiência com outras mulheres

do grupo: *"aprendi as leis que eu não conhecia e gostei de poder trocar experiências e da integração com outras mulheres. Agora me sinto capaz esclarecer dúvidas de outras pessoas, antes eu achava que não tinha capacidade para isso"*. Outra mulher ainda complementa: *"muita coisa eu achava que sabia e estava completamente errada. A cada dia que passa aprendo alguma coisa nova e onde buscar ajuda quando preciso. Aprendi coisas que eu nem imaginava que pudessem existir"*.

Vários foram os relatos de mulheres que estavam há muitos anos fora do ambiente escolar e, com a participação no Projeto, sentiram-se motivadas e voltarem a estudar. Elas consideravam um papel muito importante dentro de suas comunidades o de ser uma "Mulher da Paz" e fazer parte de um projeto social: "*a partir de agora vou passar a ser 'vista' e me sinto motivada"*. Enquanto mulheres eles entendiam, também, que tinham uma atuação singular nas suas comunidades ao participarem do Projeto: *"o projeto mulheres da paz usa a experiência e a força da mulher"*.

Elas assumem um sentimento de responsabilidade política e engajamento para com suas comunidades. Muitas alimentavam iniciativas empreendedoras realizando campanhas e oficinas em suas comunidades, ademais de criarem grupos de atuação com relação às áreas de saúde, educação, assistência social. Outro fator relevante é que apesar dessas mulheres pertencerem a diferentes vilas dentro de um mesmo bairro elas integravam-se de forma espontânea. Diante disso, percebemos que o que divide as comunidades é o crime e não as pessoas. Criaram-se, dentro do Projeto, 'grupos de apoio' entre as próprias mulheres, especialmente, com relação às mulheres da comunidade vítimas de violência doméstica.

Ao atuarem como Mulheres da Paz passaram-se a sentir-se no direito de exigir do poder público e efetividade de suas ações: *"acho que aprendemos bastante mas quero saber se os encaminhamentos que dermos darão algum resultado"*. Destacamos, igualmente, e, considerando a experiência pregressa das mulheres da paz com atividades comunitárias, que aquelas que já tinham atuação passaram a ocupar espaços de maior importância e que, na maioria das vezes, eram ocupados primordialmente por homens. Já aquelas que não possuíam experiência pregressa passaram a participar de várias instâncias decisórias de suas comunidades. É como se, ao participarem do Projeto, elas passassem a considerar sua capacidade de participação, então, nessas instâncias.

Diante das reflexões expostas acima, foi possível perceber que através da atuação das mulheres da paz o projeto buscou fortalecer as práticas políticas e sócio-culturais desenvolvidas pelas mulheres na sua comunidade. Ao se organizarem em grupos dentro da comunidade possibilitaram a articulação com outras redes e fizeram valer, de certa maneira, suas necessidades e reivindicações mais importantes,

inclusive por elas reivindicarem melhores condições de vida, maior acesso à justiça e uma vida menos violenta e mais digna dentro de suas comunidades.

Vítimas de diferentes tipos de violência, doméstica ou institucional, ou quando os membros de sua família também são vitimizados, presos ou mortos, principalmente seus filhos, as mulheres é que correspondem como principais vítimas da violência criminal. É interessante, para fins de complementação e ilustração de nossa análise que, do universo pesquisado, ao menos 1/3 das mulheres da paz, já tinham sido vítimas da violência doméstica ou criminal antes do ingresso nas atividades em foco. No que se refere à violência policial, 44% das mulheres declararam já terem sido desrespeitadas por policiais, sendo que do percentual de 44%, sofreram agressão verbal 81% e 19% agressão física por parte da polícia.

6. Considerações finais

Mesmo com as limitações que um projeto social tem intrinsecamente foi possível verificar que o projeto o qual nos propomos a pesquisar possibilitou a criação de espaços nos quais as potencialidades das mulheres puderam emergir (potência do agir); lugares que possibilitaram a troca de experiências e, consequentemente, produziram novas significações para suas próprias histórias. Ou seja, a partir da criação de espaços que possibilitaram a emergência das subjetividades dessas mulheres, foi possível que elas encontrassem outras estratégias de vida e criassem oportunidades para constituírem-se no espaço onde vivem. A importância está em reconhecer as subjetividades e proporcionar espaços de afirmação dessas mulheres.

No encontro dessas mulheres elas passaram a vislumbrar a possibilidade de vivenciar o espaço público. Ao ocupar o espaço público, essas mulheres permitiram-se conviver, relacionar-se com a diversidade e autoafirmar-se. De acordo com Arendt (2001), exploramos o reconhecimento e a afirmação dos sujeitos que se dão ao ocupar o espaço público, aquele espaço entre dois, no qual homens e mulheres de ação podem formular “em concerto” seus juízos, agir como cidadãos da polis. Elas passam a partilhar de uma responsabilidade política comum que ocorre quando da descentralização da gestão da coisa pública, envolvendo a participação das próprias mulheres residentes nos territórios de paz. Para a expansão da cidadania é preciso que as mulheres estabeleçam novas formas de relações sociais na comunidade.

7. Bibliografia

ARENDT, H. (2001), *Poder e violência,* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

COCCO, G. & NEGRI, A. (2005), *GloBAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada,* Rio de Janeiro: Record.

CICONELLO, A. [et al]. (2010), *Segurança Pública e cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci,* Brasília: Inesc.

DELEUZE, G. (2002), *Espinosa: filosofia prática,* São Paulo: Escuta.

DIAS, M. (1994), "Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças." *Revista Estudos Feministas,* 2, pp. 373-382.

GOHN, M. (2010), *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo,* Petrópolis: Vozes.

HELLER, A. (1985), *O cotidiano e a história,* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOPES, J. & GOTTSCHALK, A. (1990), "Recessão, pobreza e família: a década mais do que perdida". *São Paulo em Perspectiva,* 4 (1), pp. 100-109.

MELUCCI, A. (2001), *Vivencia y convivencia: teoría social para una era de la información,* Madri: Trotta.

PAIS, J. M. (2003), *Vida cotidiana – enigmas e revelações,* São Paulo: Cortez.

PANDOLFI, D. [et al.] (Org.) (1999), *Cidadania, justiça e violência,* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

REVEL, J. (2010), "Prefazione". In C. MORINI, *Per amore o per forza: Femminilizzazione del lavoro e biopolitica dei corpi*, Verona: Ombre Corte.

ROSALDO, M. (1995), "O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural". *Revista Horizontes Antropológicos,* 1 (1), pp. 11-23.

SCOTT, J. (1995), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Revista Educação e Realidade,* 20 (2), pp. 71-99.

SLAKMON, C., MACHADO, M., BOTTINI, P. (Orgs.) (2006), *Novas direções na governança da justiça e da segurança.* Brasília: Ministério da Justiça.

TOURAINE, Alain. (2007), *O mundo das mulheres*, Petrópolis: Vozes.

TOURAINE, Alain. (1977), "Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes". In J. ALBUQUERQUE (org.), *Classes médias e políticas no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.